ADUNESP 1716 ORMA AQUINESP SEÇÃO SINDÍCATO NACIONAL PORTOR A SEÇÃO SINDÍCATO NACIONAL PORTOR DE SEÇÃO SINDÍCATO DE SEÇÃO SINDÍCATO NACIONAL PORTOR DE SECURIOR DE SEC



Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 39 - Abril 2004



Todo apoio à greve nas Ete's e Fatec's

Página 16

Data-base 2004

Estamos na luta por 16%, já!!

Nas <u>páginas 3 a 5</u>, confira os números, a íntegra da pauta unificada e o lançamento da campanha, no dia 1º de abril As resoluções do 23º **Congresso** do Andes

Página 11



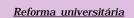
Encontro Nacional Sindical reúne quase dois mil

Página 15



maioria das unindades

Página 6



Uma fraude a serviço do FMI

Páginas 7 a 10

Reforma previdenciária

Governo sabota a **PEC Paralela**

Página 12

Reforma sindical/trabalhista

Ataque aos sindicatos e corte de direitos

Páginas 13 e 14

Ano eleitoral na Unesp

podem faltar

quando será escolhido o sucessor do

reitor José Carlos Souza Trindade.

Como sempre fez, a Adunesp está pro-

pondo o mais amplo debate em torno à

questão. A entidade quer que os "rei-

toráveis" apresentem suas propostas

suas plenárias, a Adunesp propõe que

a eleição aconteça em dois turnos,

para evitar que um reitor seja eleito

com uma minoria de votos no conjun-

to dos três segmentos, como aconte-

ceu no último pleito (Trindade obteve

pouco mais de 20% dos votos). Além

disso, propõe a paridade no voto de do-

centes, servidores e estudantes, bem

como a eleição por chapa (para evitar

que um vice que não recebeu a maio-

ria dos votos seja indicado pelo gover-

nador, a exemplo do que houve em

2000). O Sindicato levou estas propos-

tas à Comissão CEPE/CO que discu-

eleitorais fica por conta do CO. Vamos

A decisão final sobre as regras

tiu o assunto, mas foi voto vencido.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp

Adunesp Seção Sindical

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fones (11) 3242-7080.

Site: www.adunesp.org.br E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje

ficar de olho!

2 ADUNESP in FORMA

e debatam com a comunidade os pro-

blemas da Universidade.

2004 é ano eleitoral na Unesp.

Com base nas deliberações de

Campanha salarial e resistência às reformas do governo Lula: o caminho é a luta!

A data-base 2004 acontece em meio a uma crise da Unesp, prevista e amplamente anunciada pela Adunesp. Mas não serão os trabalhadores que pagarão com seus salários os desmandos dos nossos dirigentes!

Uma expansão de vagas irresponsável, eleitoreira e sem garantia de recursos definitivos levou a Unesp à criação de unidades diferenciadas e de novos cursos em unidades regulares, que supostamente seriam financiados, a priori, com recursos extras à cota-parte do ICMS durante sua implantação. Porém, o financiamento deste projeto, em seu segundo ano, já não se consolidou como previsto. Isso levou a Unesp a um colapso financeiro, que culminou com o afastamento do diretor da APLO e, por consequência, com a paralisação de todos os projetos de investimento em andamento, que visavam a melhoria das condições de trabalho de funcionários e professores e, por extensão, da qualidade de ensino.

Lembramos, ainda, que não temos previsão para paga mento do nosso 13º salário. A negociação com o IPESP, não prevista no orçamento, e o pagamento dos empréstimos — bancados pelo senhor reitor para a manutenção dessa

irresponsabilidade, sem ouvir a comunidade unespiana — são fatos que comprometem as finanças da Unesp. Portanto, o caos já está em anda-

Debate e democracia não

O orçamento para 2004, votado pelo Conselho Universitário, não está sendo cumprido, agravando ainda mais a crise na Unesp. Os R\$ 3,5 milhões previstos no orçamento para contratação de professores e funcionários, suficientes apenas para repor cerca de 15% do necessário pela demanda colocada nas unidades, foram transformados em "gorjeta", com o objetivo claro de precarizar o trabalho na Universidade, já que grande parte deles está destinada à contratação de professores conferencistas. Assim, é possível tapar mais buracos imediatamente, não importando a manutenção da qualidade e do tripé ensino, pes-

quisa e extensão. Ou seja, a inquietação imediata da comunidade é diminuída para, mais tarde, vermos o que fazer. Todos sabemos que os conferencistas podem exercer suas funções apenas por 89 dias consecutivos, que não são suficientes para dar cabo do cronograma de aulas previsto para a maior parte das disciplinas em cada semestre letivo. Para os funcionários, se ainda houver alguma migalha, esta virá sob a forma de contratações feitas por meio das fundações, logicamente para os amigos do REI-tor. A forte mobilização que se inicia entre os estudantes é um sinal importante de que a comunidade acadêmica não aceitará calada estes ataques.

Como já afirmamos muitas vezes, esse rumo necessita ser alterado. Como? Não temos dúvida de que será com uma grande mobilização dos professores, funcionários e estudantes. Historicamente, esta mobilização ocorre principalmente em nossas campanhas salariais. E será novamente na campanha salarial 2004 que teremos o desafio de mudar a situação da Unesp.

À luta, companheiros! 16% de reajuste, já! Devolução do confisco de 5% desde setembro/2003! Defesa da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade, com financiamento público. Contra as reformas universitária e sindical/trabalhista, propostas pelo governo federal.

Em tempo

Outro golpe já sentido pela comunidade foi a suspensão de verbas para projetos de extensão, como é o caso do Caum. PEJA e Universidade da Terceira Unidade, que tiveram atraso em bolsas e suspensão de recursos para custeio. A justificativa da reitoria é sempre a queda da arrecadação do ICMS e a necessidade de "sermos responsáveis diante da situação". O caso da suspensão dos recursos dos Núcleos de Ensino teve sua reversão garantida com a ampla mobilização da comunidade, que conseguiu manter o orçamento aprovado sem cortes. Em sua maioria, estes projetos atendem a uma demanda muito grande por assessoria, orientação, contato com resultados de pesquisas. Além disso, eles garantem, na prática, o compromisso social da universidade pública, financiada pela população. Ou seja, exatamente o que nosso reitor não deseja para a Unesp.

Carta ao CO denuncia malversação do dinheiro público

Uma carta assinada pelo professor Amilton Ferreira, atual diretor do campus de Rio Claro e membro do CO, gerou uma grande polêmica no interior da Unesp. O documento, dirigido aos demais membros do CO, levanta a existência de irregularidades na aplicação das verbas destinadas pelo governo

do estado à expansão de vagas na Unesp. Dos R\$ 28,892 milhões enviados para esse fim em 2002, a maior parte teria recebido outro destino. A intenção, segundo aponta o professor, seria repor tais valores em 2003, mas a queda na arrecadação do ICMS inviabilizou isso.

A carta distribuída ao CO questiona para onde foram os tais recursos. Baseando-se em documento divulgado pelo próprio reitor, o professor diz que "tais milhões foram distribuídos como investimentos para muitas unidades da Unesp, que os utilizaram para diferentes finalidades. Por que foi feito esse desvio de finalidade? Por interesse da Universidade ou como instrumento de interesse e promoção pessoal e política? Os diretores sabiam desse desvio de finalidade ou estão sabendo apenas hoje, ou desde que puseram os olhos no documento? Em qualquer dos casos, concordam com tal desvio ou o consideram, como eu, escabrosamente irregular e ilegal?"

A carta ainda levanta a hipótese de que a saída do então assessor-chefe da Aplo, professor Herman Jacobus, tenha ocorrido exatamente pelos fatos acima descritos, e não por uma discordância em relação aos acordos firmados com o Ipesp, como foi alegado pela reitoria.

Diante do conteúdo da carta e frente às inúmeras denúncias de desmandos que pesam sobre a reitoria, a comunidade exige transparência e imediata apuração dos fatos.

CAMPANHA SALARIAL 2004

Estamos na luta por 16%, já!

Este é o índice desta data-base. Mas não é só: também queremos uma política salarial para o restante do ano, a devolução dos 5% confiscados pelo governo Alckmin, a reposição do quadro docente em RDIDP e por concurso público, assistência estudantil digna, expansão com qualidade e garantia de verbas na cota-parte do ICMS, aumento de verbas para as universidades estaduais paulistas, entre outros. Somos contrários a qualquer "reforma" que tenha por objetivo repassar recursos públicos às instituições particulares de ensino, a legalizar as fundações e a sucatear as universidades públicas. A reação está em nossas mãos

A campanha salarial 2004 já está nas ruas. O lançamento aconteceu no dia 1º de abril (veja na próxima página), na USP, com ato público e entrega da pauta unificada.

Iniversidade

O índice e as demais reivindicações que compõem a pauta foram definidos em reunião do Fórum das Seis, no dia 30 de março. As entidades presentes relataram os resultados das assembléias e, após um longo debate, os itens foram fechados por consenso. Os DCE's das três universidades estavam presentes, o que garantiu uma boa discussão sobre as reivindicações estudantis.

O índice de 16% é composto por 4,8% de reposição de perdas inflacionárias (maio 2003 a abril 2004), 5,5% para recuperar os salários de maio de 2001 e o restante para repor parte das nossas perdas históricas.

Salários aviltados

Apesar dos sucessivos reajustes conquistados nas últimas campa-

Os reajustes nas universidades estaduais paulistas a partir de 1990

Ano/data-base	Reiv. inicial	Reajuste obtido			
1990	158%	8,4%			
1991	58%	34%			
1992	130%	30%			
1993	75%	46%			
1994	37% em URV	8% em URV — _			
1995	Maio/94 + 15%	10%			
1996	Maio/95 + 18% = 56%	7,63%			
1997	30%	8%			
1998	25,8%	3%			
1999	16,4%	0%			
2000	25%	11,25% + 6,7% (em out/00) + 4,9 (em jan/01)			
2001	17,8%	6%			
2002	16%	8%			
2003	25%	14,45%			

Tabela comparativa de salários para um professor com título de doutor

	USP, Unesp e Unic	атр		Unimep
Atual	Reajuste 16%	Reajuste 49%	Doutor-I	Doutor-III
4.776	5.540	7.111	8.320	9.173

Fonte: Adusp

nhas salariais, a realidade mostra que estamos com o poder de compra mais reduzido a cada ano que passa.

No quadro acina, veja a comparação entre a remuneração de um professor doutor nas universidades estaduais paulistas e na Universidade Metodista de Piracicaba. Veja como ficaria o salário deste professor-doutor com os 16% de correção e com 49% (índice necessário para recuperar o salário médio de 1989, de acordo com o ICV-Dieese).

Os números mostram: poder aquisitivo sobe quando a mobilização é grande A forte greve de 2000 conseguiu, no período de abril/2000 a maio/2001, recompor o poder

aquisitivo que tínhamos em maio/ 1995. Naquele ano, conquistamos um índice próximo a 25%, diante de uma reivindicação de 32%.

Em 2003, nosso pleito era de 25% e os reitores acabaram concordando em oferecer 14,45%. Embora não fosse suficiente para recompor os salários arrochados, não resta dúvida de que o índice foi significativo, principalmente se levarmos em conta a situação das demais categorias do serviço público, que estavam com os salários congelados há anos. No final de 2003, o governador Geraldo Alckmin conseguiu aprovar na Assembléia Legislativa um desconto de 5%, a título de contribuição previdenciária, o que reduziu o impacto dos 14,45%.

Neste ano, o desfecho da data-base pode seguir dois rumos distintos: o da resignação, que conduzirá ao aprofundamento do arrocho salarial e dos ataques à universidade, e o da mobilização, único capaz de nos trazer conquistas. A escolha está em nossas mãos.





Fonte: Adusp ADUNESP in FORMA

Pauta unificada foi entregue ao Cruesp no dia 1º de abril

A pauta unificada de reivindicações da data-base 2004 foi entregue ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) no dia 1º/ 4, logo após a realização de um debate promovido pelo Fórum das Seis, intitulado "O ataque à Universidade Pública: da ditadura militar aos dias de hoje". Compuseram a mesa o exdeputado Plínio de Arruda Sampaio, Carolina Bori (presidente de honra da SBPC), José Domingues de Godói Filho (Andes). Michel Rainovith (falando em nome dos aposentados da USP), Beatriz Elias (pesquisadora e iornalista) e Milton Vieira do Prado Júnior (presidente da Adunesp e atual coordenador do Fórum das Seis).

Utilizando como ponto de partida os 40 anos do golpe militar no Brasil, os debatedores procuraram mostrar como a universidade pública esteve no centro dos acontecimentos políticos de 1964 e

as repercussões que permanecem atualmente. O professor Milton lembrou que a tradição nefasta da ditadura ainda se faz presente nos dias de hoje, citando a Unesp como exemplo. Ele denunciou a ação ditatorial da atual reitoria nos fatos que cercaram a reunião do Conselho Universitário (CO) em Araçatuba, em 2002, que aprovou a expansão de vagas que ocorreria na Universidade em seguida. Diante dos protestos de estudantes, docentes e servidores, o reitor José Carlos de Souza Trindade não titubeou em jogar a polícia contra os manifestantes, com cães ferozes, bombas de gás e outros apetrechos comuns nos porões da ditadura militar. Não contente com isso, o reitor ainda instaurou uma sindicância contra alguns dos presentes, como é o caso do próprio professor Milton. "Temos que manter vivo o espírito de combate a qualquer resquício da ditadura e, dentro

da universidade, este combate é diário",

arrematou o presidente da Adunesp.

Durante o debate realizado na USP, foi lançada uma nova edição do Livro Negro da USP, agora intitulado O controle ideológico na USP (1964 – 1978). No transcorrer do debate, foram lidas várias moções de apoio, entre elas a do cardealarcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, Francisco de Oliveira e Antônio Cândido.

Logo após o debate, os presentes saíram em passeata para trocar as placas da Avenida Lineu Prestes (um conhecido colaborador da ditadura) por Avenida Prof. Vladimir Herzog, jornalista e docente da USP morto pelos militares. A última atividade do dia foi o protocolo da Pauta Unificada de Reivindicações. O reitor da USP, Adolpho José Melfi, até aquele momento presidente do Cruesp, não quis receber a comissão montada pelo Fórum das Seis para lhe entregar formalmente a pauta. O documento foi recebido por uma

funcionária da reito-

ria. Junto com a pauta, o Fórum encaminhou um ofício pedindo que a negociação inicial aconteça ainda na primeira quinzena de abril.



Da esq. p/ a dir., o

debate sobre os 40

anos do golpe militar,

a homenagem a

Vladimir Herzog e a

entrega da pauta

unificada a uma

funcionária da

reitoria da USP.

diante da recusa do

presidente do

Cruesp em receber o





Paridade entra em debate

Na reunião realizada pelo Fórum das Seis no dia 30 de março, os estudantes da Unicamp, representados por seu DCE, propuseram que a paridade fosse incluída na Pauta Unificada de Reivindicações. A proposta teve o apoio das representações estudantis da Unesp e da USP, bem como dos sindicatos de servidores das três universidades (Sintunesp, Sintusp e STU).

Embora nenhum dos presentes fosse contrário à reivindi-cação, os sindicatos docentes (Adunesp, Adusp e Adunicamp) ressalvaram que este debate ainda não havia sido feito em suas bases. Portanto, não seria possível incluí-la nesta campanha salarial. O compromisso de todos foi iniciar a discussão imediatamente, em paralelo às atividades da campanha salarial 2004. O pleito de estudantes e servidores é por mais democracia nas universidades, paridade nos colegiados e na escolha de dirigentes, bem como a defesa da autonomia das categorias na escolha de seus representantes.

A questão voltará a ser discutida em reuniões futuras do Fórum das Seis.

Fórum indica paralisação nos dias de negociação

O Fórum das Seis propõe que servidores e docentes paralisem as atividades nas datas em que ocorrerem negociações. O indicativo do as auvidades has datas em que ocorrerem negociações. Estados de Fórum é que a primeira rodada aconteça ainda na primeira quinzena de abril. Caso não aconteça negociação imediata, a proposta é que seja deflagrada greve nas três universidades. A próxima reunião do Fórum das Seis está marcada para o dia 15 de abril, na sede da Adunicamp, em das Seis esta marcada para o dia 13 de abril, na Sede da Additicamp, em Campinas. Neste dia, acontecerá um debate promovido pela Adunicamp, intitulado "A universidade pública no Brasil de hoje", que contará com a presença do reitor daquela universidade, Carlos Henrique de Brito Cruz, presença do reitor daqueia universidade, Carios Henrique de Brito Cruz, que deverá ser o próximo coordenador do Cruesp. Caso a negociação que devera ser o proximo coordenador do Gruesp. Caso a reg ainda não esteja marcada, Brito Cruz será cobrado pelo Fórum.

Em tempo: Cabe à Adunesp a coordenação atual do Fórum das Seis, na pessoa de seu presidente, o professor Milton Vieira do Prado Júnior, do campus de Bauru.

Confira a íntegra da Pauta Unificada de Reivindicações

1. REAJUSTE E REPOSIÇÃO **DE PERDAS SALARIAIS**

•16%, já! - reposição inflacionária e de perdas salariais;

niversidade

- Definição de uma política salarial com acompanhamento das perdas salariais;
- Reposição das perdas salariais de 72,22% dos trabalhadores do Centro Paula Souza, referentes ao período de 1996-2003:
- Devolução imediata dos 5% do salário confiscado pelo governo Alckmin, desde setembro/2003, retidos nas univer-

2. DEFESA DOS DIREITOS DOS PROFESSORES, **FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES**

- Política permanente de contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
- Fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários:
- Por uma dotação orçamentária própria para manutenção e ampliação da assistência estudantil nas três Universidades e no Centro Paula Souza: moradia, restauran-

te e bolsas de estudo e transporte:

- Fim de toda perseguição política nas Universidades, com a readmissão de demitidos políticos e a suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra
 - estudantes, funcionários, professores e organizações sindicais e es-💯 tudantis;
- Manutenção da autonomia de organização sindical e estudantil;
- Manutenção da isonomia salarial entre aposentados e pessoal da ativa;
- Democratização do Ceeteps: pela manutenção e aprofundamento do víncu-

lo e associação do Centro Paula Souza à Unesp e contra o projeto de transformação das FATEC's em Centro Tecnológico;

Isonomia no auxílio alimentação para todos os

da USP, Unesp e Unicamp, no valor de 50% do salário mínimo.

Apesar disso, juntamente com outros sin-

Em defesa do

11.6%

 Defesa da Universidade pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, sustentada no tripé ensino, pesquisa e exten-

3. DEFESA DAS UNIVERSIDADES

PÚBLICAS PAULISTAS E DO CENTRO

PAULA SOUZA

 Ação conjunta do Fórum das Seis e Cruesp contra as propostas que o governo federal intitula como "Reforma Universitária", que visam a destinar recursos para as instituições privadas de ensino e a sucatear as públicas;

Ação conjunta do Fórum das Seis e Cru-

esp junto à Assembléia Legislativa para aprovação em segundo turno da PEC 14, que garante definitivamente a destinação de, no mínimo, 9,57% da arrecadação do ICMS para as Universidades Públicas Paulistas na Constituição do

 Luta por ampliação dos recursos do ICMS. para as Universidades Pú-

blicas e de 2,1% para o Ceeteps; Expansão de vagas em cursos regulares, com financiamento adicional incorporado na cota-parte do ICMS, garantindo o ensino público de qualidade;

 Contra qualquer cobrança de cursos e/ ou serviços nas instituições de ensino superior público:

Discussão do papel dos Hospitais Universitários, preservando sua vinculação com a Universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão nas áreas médica, biológica e farmacêutica.

Adunesp participa de campanha salarial unificada

Com o objetivo de unificar as várias categorias de servidores paulistas em campanha salarial, a CUT estadual vem realizando uma série de reuniões, que contam com a participação da Adunesp e dos demais sindicatos que compõem o Fórum das Seis. A importância da iniciativa está na possibilidade de uma mobilização conjunta do funcionalismo, o que fortaleceria a luta de todos e estimularia a organização dos vários sindicatos.

Os limites que se apresentam, no entanto, têm a ver com a postura política da direção majoritária da CUT. Por conta de seu apoio ao governo federal e, consequentemente, às reformas que este vem fazendo, a direção estadual da CUT conseguiu estreitar o alcance da pauta de reivindicacões unificadas. Embora combativa ao questionar governo Alckmin, a pauta não toca em questões centrais da conjuntura, como é o caso das reformas em curso (universitária, sindical/trabalhista), diretamente ligadas ao governo federal.

dicatos, a Adunesp participou da entrega da Pauta Unificada do Funcionalismo Público Estadual, no dia1º de abril, ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Sidney Beraldo. Como sempre, Beraldo lembrou a "limitação do Poder Legislativo" na questão. Os sindicatos presentes questionaram tal posição e cobraram a responsabilidade da AL com o funcionalismo, quando, por exemplo, aprova o orçamento estadual (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária), momento oportuno para prever e garantir a reposição de perdas salariais. O Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps), cuja categoria está parada desde 16 de fevereiro, cobrou uma ação mais efetiva da AL frente à greve e situação do Centro. O deputado comprometeu-se a levar as reivindicações ao governador, mas os trabalhadores sabem que apenas uma forte mobilização da categoria será capaz de forçar o governo Alckmin a negociar.

4 ADUNESP in FORMA



Abaixo, as

manifestações em

Franca

CRISE NA UNESP

Estudantes mobilizam-se na maioria das unidades e apontam o caminho da luta

Contratações precárias e falta de professores são as principais queixas

Da segunda quinzena de março para cá, muita coisa aconteceu no movimento estudantil da Unesp. Em vários campi, os estudantes cruzaram os braços, houve atos, passeatas e assembléias por todo canto. Toda essa mobilização não é obra do acaso. A política irresponsável da atual reitoria, que rifou a qualidade da instituição num plano de expansão eleitoreiro e sem garantia de recursos, agravou alguns problemas e criou muitos outros.

A contratação de professores conferencistas, por exemplo, deixou de ser usada em situações emergenciais e passou a ser a forma preferida de entrada de docentes. Como explicam

muito bem os alunos de jornalismo de Bauru, em release distribuído à imprensa. "a falta de professores não se caracteriza

> apenas pela ausência de aulas, mas, principalmente, pela precariedade do regime de contratacão. A reitoria em como políti



ca deliberada a não contratação de docentes em regime de dedicacão exclusiva e integral. Ao invés de abrir concursos para suprir a demanda por professores que possam orientar pesquisa e extensão, o reitor Trindade opta pelos conferencistas. Este tipo de contrato, com salários rebaixados e limitado a 89 dias, não prevê atividades extra-aula e não

permite a elaboração de um programa pedagógico, uma vez que o professor deve ser substituído a cada três meses".

Em Bauru, o movimento foi defla grado, inicialmente, pelos alunos de Pe-



mobilização ganhou repercussão na

dagogia, estendendo-se aos demais cursos. Na maior assembléia estudantil já realizada no campus, no dia 17 de marco, cerca de 800 alunos decidiram paralisar as atividades no dia seguinte. Eles afirmam que, por conta da malfadada reforma previdenciária do governo

Lula, somente em Bauru foram 122 aposentadorias de docentes no final do ano passado. A informação levantada pelos estudantes coloca em xeque os dados divulgados pela reitoria, de que teria havido 128 aposentadorias docentes, no mesmo período, em toda a Unesp. O Departamento de Ensino, citado como exemplo pelo release do pessoal de jornalismo, chegou a ter 13 professores conferencistas e quatro voluntários.

De Bauru para os outros campi

Como os problemas são muito parecidos em todas as unidades, logo a mobilização de Bauru ganhou corpo pelos demais campi. Manifestações e paralisações sucederam-se em Marília, Assis, Presidente Prudente, Ilha Solteira, Franca, Jaboticabal, Rio Claro, Araçatuba, Instituto de Artes de SP e na unidade diferenciada de Rosana.

"Querem que paguemos do bolso o tratamento público que os pacientes recebem. Do jeito que vai, os pacientes vão ficar sem tratamento e os alunos sem aprender", denuncia Alexandre Denadai Souza, membro do Conselho de Curso

> de Odontologia de Araçatuba. Naquele campus, além da contratação de docentes, os alunos pedem a retomada da construção do Centro de Vivência e do Hospital Veterinário, bem como mais verbas para a compra de matéria de consumo das clínicas.

Em Franca, onde os estudantes paralisaram no dia $1^{\circ}/4$ e chegaram a ocupar o campus por um dia, os alunos ficaram ainda mais revoltados depois que o Conselho de Curso de Relações Internacionais sugeriu que as vagas noturnas fossem suspensas em 2005, por falta de es-

Embora recente na estrutura da Unesp, os alunos da unidade diferenciada

de Rosana também se mostram aguerridos. Os estudantes do curso de Turismo de Primavera pararam no dia 1º/4 em apoio aos demais campi e por melhorias na unidade. "Vamos fazer muito barulho para que a reitoria nos ouça", promete Manuela Moraes, presidente do Centro Acadêmico do curso.

SCANINHO

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Uma fraude a serviço do FMI

Propostas apresentadas pelo governo Lula visam a transferir recursos para as instituições particulares e a legalizar as fundações de

"apoio"

n primeiro ponto a destacar sobre a polêmica em torno da chamada "reforma universitária" é que o governo Lula apropria-se, indevidamente, de um termo bastante caro à juventude brasileira dos anos 60. Naquela época, tratava-se de uma reivindicação democrática do movimento estudantil e da esquerda, que pediam a ampliação do acesso e a democra-

UNIVER\$IDADE

tização da universidade pública, bem como a sua participação decisiva na elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional, que tornasse o país autônomo em relação às nações imperialistas.

O que o governo Lula intitula como "reforma universitária" está muito longe disso e, ao contrário do que pediam os jovens da década de 60, segue a orientação direta de organismos do capital internacional, como o Banco Mundial e o FMI. É preciso situar o debate dentro do contexto maior das políticas prioritárias do governo Lula, ou seja, gerar superávit primário (atualmente, 4,25% do PIB) para pagar os juros da dúvida pública aos banqueiros nacionais e estrangeiros. Com essa infinidade de recursos migrando para os bolsos dos capitalistas do setor financeiro, é claro que não sobra dinheiro para investimentos sociais, como é o caso da educação pública. E esta política, em vez de ser abolida, abre espaço para propostas como a renúncia fiscal para as universidades privadas, fim da gratuidade no ensino superior público, legalização de mecanismos privatizantes (como as fundações) etc.

Os primeiros passos

Para iniciar a chamada "reforma universitária", o governo baixou um decreto, em 20/10/2003, criando o Grupo Interministerial (GI), com o propósito de "sugerir idéias para enfrentar a crise atual das universidades federais e orientar o processo de reforma da universidade brasileira, para fazer dela um instrumento decisivo da construção do Brasil ao longo do século XXI". O GI concluiu seu trabalho em dezembro e apresentou um relatório com várias propostas. A intenção do governo é encaminhar as propostas finais ao Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre, finalizando a votação

Do ponto de vista do diagnóstico, o documento do GI é relativamente fiel à realidade das universidades federais, citando, por exemplo, o fato de que o expressivo aumento do total de alunos (veja no box na próxima página) foi acompanhado da queda do número de professores. O que o GI não diz é que, nos últimos anos, particularmente na era FHC, houve um progressivo desfinanciamento do ensino superior público no país.

Entre 1990 e

2003, as IFES

quase dobraram

o número de

alunos, mas

reduziram em

16%

os professores

(cerca de 8 mil).

Lembrando que a década de 90 foi de desarticulação do setor público brasileiro e que "as universidades federais não foram poupadas", o texto do GI ressalta que "as universidades governamentais sofreram consegüências da crise fiscal do Estado que incidem sobre seus recursos humanos, de manutenção e de investimento."De outro lado, segundo o GI, as universidades privadas "viveram uma expansão recorde nos últimos anos, chegando a responder, em 2002, por 63,5% do total de cursos de graduação e 70% das matrículas, encontrando-se agora ameaçadas pelo risco de uma inadimplência genera-

lizada do alunado".

É esta constatação que abre espaço para uma das principais propostas apresentadas pelo ministro da Educação, Tarso Genro: a compra de vagas, por meio de renúncia fiscal, nas universidades privadas. A intenção do Ministério da Educação (MEC) é "estatizar" cerca de

100 mil vagas em 2004 e 400 mil até 2006. Como assinala o professor Nicholas Davies, da Universidade Federal Fluminense, em artigo encomendado pelo Andes ("Renúncia fiscal para as privadas: onde o pau não vai comer"), estas vagas seriam oferecidas "por vários tipos de instituições privadas em troca de renúncia fiscal pelo governo federal: as com fins lucrativos, as registradas como sem fins lucrativos, e as que se apresentam com o disfarce de filantrópicas, que poderiam assim sair da ilegalidade". O professor Nicholas assinala que o ministro Tarso Genro vê diversas vantagens para essa troca: (1) as privadas resolveriam o problema que enfrentam de vagas ociosas, que seria de 37,5%, segundo o Programa; (2) é mais barato para o governo comprar tais vagas nas privadas do que investir nas públicas (R\$ 50 milhões de renúncia fiscal garantem 100 mil vagas nas privadas), ao passo que para conseguir este número nas públicas seriam necessários R\$ 350 milhões; (3) as vagas nas privadas seriam conseguidas imediatamente, ao passo que nas públicas isso levaria muito mais tempo. "Com relação ao suposto custo menor de geração de vagas nas privadas do que nas

públicas" - prossegue o docente da Federal Fluminense -"é sempre bom lembrar que as públicas realizam atividades (pesquisa, atendimento médico em hospitais universitários, por exemplo) que, justamente por serem mais dispendio sas, não atraem o interesse da imensa maioria das privadas, que preferem se concentrar apenas no ensino, atividade mais econômica e

Legalizando as fundações

industrializável.

Em seu documento, o Grupo Interministerial aponta como solução para a grave falta de recursos a "imediata garantia de autonomia às universidades".



ADUNESP in FORMA 6 ADUNESP in FORMA

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Longe de ser uma medida progressista, no entanto, a tal autonomia visa a legalizar a existência das chamadas fundações de apoio, que surgiram nas universidades a partir dos anos 80. "Na realidade de hoje, não é possível prescindir das fundações, que têm um grande papel a cumprir no funcionamento autônomo das universidades federais, ao mesmo tempo em que se definem regras claras para o funcionamento delas, pela lisura e transparência". O GI revela que, "nesse sentido, o MEC e o MCT elaboraram uma proposta de regulamentação das relações entre universidades e fundações de apoio, já em tramitação no governo, na forma de proposta de decreto".

As fundações são, na realidade, organismos privados funcionando dentro das universidades, na maior parte das vezes utilizando-se do prestígio e da estrutura da instituição para captação privada de recursos. Vejamos o caso da USP: em 2003, segundo levantamento feito pela Associação dos Docentes (Adusp), as 33 fundações existentes faturaram cerca de R\$ 200 milhões e repassaram à universidade ape nas R\$ 5,8 milhões, ou 2,9% do total. É com essa verba que vamos financiar a universidade pública? E o restante dos recursos, para onde foi? A população, que já garante verba para as universidades estaduais paulistas através do ICMS, não pode ficar pagando cursos de especialização e/ou aperfeicoamento via fundações. E na Unesp, como andam nossas Fundações? Será que a realidade da USP também se reflete por aqui?

As fundações representam uma mal disfarçada privatização da universidade pública. Livres para atuar, as elas oferecem cursos pagos, usando o nome da universidade, o que significa uma afronta direta ao artigo 206 da Constituição Federal, que prevê a gratuidade do ensino público em escolas oficiais. As fundações atrelam financiamentos a interesses imediatos do mercado, direcionando para fins privados uma parcela importante da infra-estrutura e da capacitação intelectual da universidade. Além disso, são utilizadas por uma minoria como complementação salarial.

Atualmente, há 234 fundações ligadas às universidades federais e credenciadas pelo MEC, sem que isso tenha melhorado em nada a situação financeira das IFES.

Expansão proposta pelo MEC prioriza ensino à distância

De acordo com o Censo na Educação Superior (feito pelo MEC), temos atualmente 3,482 milhões de alunos em graduação presencial. Esse número representa 9% do total de jovens entre 18 e 24 anos. Destes, 2.428 milhões estão em escolas privadas e 1,053 milhão no setor público. Em rela-

ção a 1994, o número de alunos nas universidades públicas nem chegou a dobrar, enquanto que triplicou nas particulares. Nada menos do que 70% das vagas do ensino superior no país estão com as escolas particulares. Do total de instituições de ensino superior, 88.1% são privadas.

88,1% são privadas. É nesse contexto que o expressivo aumento dos formandos no ensino médio aparece como um problema, em vez de ser visto como boa notícia. Em 1991, formaram-se no ensino médio 666.367 jovens. Em 2002, esse número saltou para 2.065.722. Ainda que seja preciso

ce, em boa medida, devido à nefasta política da aprovação automática, trata-se de um dado que exige resposta. Para onde vão estes jovens?

Durante o XVI Encontro de Pró-Reitores de Graduação da Região Sul, realizado em novembro do ano passado, em

Porto Alegre, o professor Dilvo

Ristoff, diretor de Estatísticas e

Avaliação da Educação Superi-

destacar que isso aconte-



Apenas

dos jovens brasileiros

entre 18 e 24 alunos

(3,4 milhões) cursam

o ensino superior. Na

Bolívia, cuja economia

é 61 vezes menor do

que a do Brasil, são

20%. Na Argentina,

or do INEP, ressaltou um aspecto interessante, evidenciado pelo Censo: a expansão do ensino superior privado começa a chegar próxima ao esgotamento. "Hoje, não podemos mais pensar em atingir a meta do Plano Nacional de Educação, que é de colocar 30% da população da faixa etária de 18 a

24 anos na educação superior até 2010, unicamente dependendo das forças do mercado." O professor Ristoff argumenta que, atualmente, das 1,477 milhão de vagas existentes nas instituições privadas, apenas 924 mil estão ocupadas. "Isso quer dizer que no sistema privado há

mais de 400.000 vagas ociosas", o que ele credita à crise econômica, ao desemprego e ao empobrecimen-

to da população.

De olho
nestes números e, diante
da pressão da
demanda que
vem do ensino

vem do ensino
médio, o MEC
aponta para soluções conservadoras. De um lado, a
compra de 400 mil vanas universidades par, por meio de isenção

gas nas universidades particulares, por meio de isenção fiscal, até 2007. Por outro, a ampliação nas universidades públicas, com a criação de 500 mil vagas no ensino à distância. Ou seja, vagas de segunda classe.

A proposta de Marilena Chauí

No dia 2 de março, a convite da Câmara Central de Pós-Graduação (CCPG) da Unesp, aconteceu em São Paulo uma exposição dos professores Marilena Chauí e Sérgio Cardoso, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. O evento aconteceu no auditório da Vunesp e contou com a presença de pessoas de vários *campi*, ex-reitores, docentes, servidores e estudantes. A Adunesp enviou representantes.

Chauí e Cardoso expuseram o que chamam de "Proposta para a revitalização da rede pública das universidades brasileiras". Várias das questões elencadas por eles geraram polêmica entre os presentes. Eles consideram, por exemplo, que a questão central não reside no financiamento das instituições públicas de ensino, aspecto que acaba conferindo às propostas feitas por outros setores um caráter excessivamente "sindical" e reivindicatório, pois estariam sempre "batendo na tecla" de verbas, salários, condições de trabalho. "Estamos propondo um conjunto de medidas para a revitalização das universidades públicas, visando a recuperação de sua capacidade de iniciativa acadêmica", argumentou a professora. Ela diz que as universidades brasileiras, principalmente as públicas, perderam a capacidade de iniciativa quanto às pesquisas, ao aces-

Sueli, da Adunesp

"Como superar

desigualdades

sociais investindo

apenas 4% do PIE

so, ao ensino e à extensão, ou seja, elas não têm autonomia alguma. Res-

Ressaltando o exemplo da pesquisa, Chauí lembrou que as decisões

decisões sobre linhas de pesquisa, temas de investigação, conteúdos e formas, prazos, avaliação, intercâmbios internacionais... tudo passa pelo crivo das agências de fomento e por fundações privadas operando dentro das universidades públicas. A proposta da



docente é que os recursos e tudo o que se relaciona às pesquisas passem a ser

tomar a frente

no debate.

decididos e geridos diretamente pela universidade.

O professor Cardoso ressaltou os três princípios básicos da proposta: aprofundamento do papel social da universidade, ampliação de sua auto-

nomia e de seu funcionamento democrático.
"Para isso, precisamos de instrumentos práticos", diz ele. De uma maneira mais ampla, a gestão da universidade deveria se dar a partir de um plano de

atuação votado nos moldes do "orçamento participativo" hoje existente em vários municípios. "Os planos de atuação e orçamentários seriam elaborados periodicamente, com o envolvimento dos três segmentos. A partir destes planos, a universi-

à sociedade e, aos governos, caberia o papel de zelar pelo emprego das verbas de acordo com o que foi decidido." Segundo Chauí e Cardoso, a universidade deveria ser administrada por um colegiado amplo: professores

eleitos por seus pares, diretores e uma representação "significativa" de discentes e servidores. Os professores Milton

Vieira do Prado Júnior e Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, diretores da Adunesp, intervieram no debate. Eles disseram que não é possível ignorar a questão do financiamento do ensino superior público. "O governo Lula está propondo novas formas de financiamento, que passam pela iniciativa privada, pela via das fundações de apoio", ressaltaram. Eles também destacaram que é necessário debater a questão estrutural "Como superar desigualdades sociais de 500 anos investindo apenas 4% do PIB na educação?"

Milton e Sueli também disseram que a proposta do governo, de dobrar de 600 mil para 1,2 milhão o número de alunos nas IFES, não vai resolver a questão, pois a maioria destas vagas seria de ensino à distância, com conteúdo fraco e formação aligeirada.

Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública e Gratuita

No dia 12 de fevereiro, foi lançada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar e Social em Defesa da Universidade Pública e Gratuita. A Adunesp foi representada pela diretora Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, do campus de Marília, que denunciou no ato a crise do ensino superior público paulista, acirrada principalmente com o irresponsável processo de expansão da Unesp e do Centro Paula Souza. De início, aderiram à Frente 98 deputados e 39 senadores, mas poucos compareceram ao lançamento. A intenção é que a Frente atue junto com sindicatos e entidades estudantis para elaborar propostas paralelas às do governo para a reforma universitária.

A deputada federal Luciana Genro (RS/sem partido), coordenadora do movimento, disse que é "contra a concessão de benefícios fiscais, isenções fiscais ou repasse de dinheiro para universidade particular, porque queremos fortalecer a universidade pública." Para Luciana, só a universidade pública pode cumprir um papel "revolucionário", no sentido de "abraçar a comunidade mais carente, de prestar serviços a essa comunidade e de democratizar o acesso ao ensino superior.

Já a senadora Heloísa Helena (AL/sem partido), responsável por comandar a Frente no Senado, defendeu a universidade pública como o principal canal estratégico de pesquisa e ensino que o país possui. Segundo ela, 90% do conhecimento brasileiro partem da universidade pública. "A reforma não pode ser a partilha da riqueza nacional sendo entregue à elite ou aos gigolôs do Fundo Monetário Internacional",

O presidente do Andes (Associação Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior),

Luiz Carlos Lucas, também discursou no lançamento da Frente e disse temer que a reforma universitária siga pelos "mesmos caminhos deploráveis da reforma da Previdência".

Reunião com Tarso

Logo após o Carnaval, a Frente teve sua primeira reunião com o ministro da Educação, Tarso Genro. Além do Andes, participaram a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação dos Sindicatos dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). A Frente entregou ao ministro um manifesto expressando a preocupação com a situação precária em que se encontram as universidades públicas no país. O texto também menciona a "privatização branca" que está em curso no setor há vários anos.

O presidente do Andes ressaltou sua expectativa de que todas as políticas da universidade sejam debatidas com as entidades. "Nossa visão é de que qualquer discurso sobre mudança na universidade brasileira leve em consideração o que dizem aqueles que no dia-a-dia fazem a universidade", disse.

Limitando-se a afirmações evasivas, o ministro explicou que a posição do MEC está centrada na busca de uma nova forma de regulação entre os setores público e privado, na defesa e no fortalecimento da universidade pública e na discussão com a sociedade das fontes de financiamento para a universidade.

... continua

8 ADUNESP informa — ADUNESP informa 9

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Alvo inicial são as federais

O ministro da Casa Civil, pouco abalado pelos escândalos ligando seu nome a bicheiros, também soltou o verbo sobre a "reforma universitária". Pouco antes de serem divulgadas as primeiras propostas do governo (basicamente, a compra de vagas nas escolas particulares e a legalização das fundações), Dirceu previa que a tal reforma seria um "processo revolucionário mais polêmico do que as mudanças na Previdência". Ele afirma que as universidades federais (IFES) têm muitos problemas, destacando: gastos superiores a 90% com pessoal (ativos, aposentados e pensionistas), pouca oferta de cursos noturnos e subutilização das parcerias com empresas privadas.

O que o ministro parece desconhecer é a expressiva melhoria da qualidade acadêmico-científica das IFES.

Vejamos o caso de sua pós-graduação. De 1996 até o momento, o número de alunos de mestrado titulados aumentou de 5.300 para 11.000 e o de alunos de doutorado de 1.100 para 3.000. Estes números são superiores ao total

Neste mesmo período, a oferta de vagas no vestibular cresceu 7% ao ano. O aumento do total de alunos matriculados foi de 6% ao ano; destes, o total matriculado em cursos noturnos cresceu 11% ao ano. O número de alunos de graduação diplomados evoluiu

Por outro lado, as IFES tiveram o seu quadro de docentes (veja abaixo), bem como o seu orçamento global (em valor real) reduzidos a taxas anu-

Evolução dos quadros docente e discente das universidades federais

	1990	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Alunado	356.176	400.113	414.735	426.677	441.580	463.668	506.336	493.632	532.304	563.687
Oferta de vagas	68.336	92.913	91.680	97.065	102.255	105.116	131.124	134.866	112.643	115.877
Docentes Efetivos	48.416	45.243	43.115	42.411	43.150	42.766	42.985	42.619	41.716	42.363
Docentes Temporários	2.010	5.183	7.311	8.015	7.276	7.660	7.441	7.807	8.710	8.063
Relação	7.06	7.93	8.22	8.46	8.76	9.2	10.04	9.79	10.56	11.18

Fonte: Censo INEP 2002

Vem aí o 5º Congresso Nacional de Educação

De 2 a 5 de maio, acontece em Recife o 5º Congresso Nacional de Educação (Coned), com o tema "Educação não é mercadoria".

O Coned é promovido pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Os quatro congressos anteriores - realizados em Belo Horizonte/1996 e 1997, Porto Alegre/1999 e São Paulo/2002 - contaram com a participação de milhares de representantes de todo o país, e culminaram com a elaboração do Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira. Trata-se de um importante documento, que se contrapôs à proposta aprovada no

Congresso Nacional. Como atividade preparatória ao 5º Coned, o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública Fedep/SP realizará, em 17/4, das 9h às 18h, na Apeoesp, o Seminário "Financiamento e mercantilização da educação: conflitos, implicações e propostas", com os professores Rubens Barbosa

e Nicholas Davies. O 5º Coned terá quatro eixos temáticos: Organização da educação nacional; Gestão democrática da educação; Financiamento da educação; Trabalhadores e trabalhadoras da educação. Como se inscrever e outras informações estão no site www.5coned.org.br.

Adunesp realiza debates

Para aprofundar a discussão sobre as reformas do governo Lula, agora com especial ênfase à universitária e à sindical/trabalhista, a Adunesp está realizando debates em várias unidades. Confira as que já estão agendadas:

12/4: Nos campi de Rio Claro (10h) e Marília (19h30), com a presença do professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas (presidente do Andes).

22/4: No campus de Assis, às 14 horas, com os professores Antônio de Pádua Bosi (1º vice-presidente da Regional Sul do Andes) e Milton Vieira do Prado Júnior (presidente da Adunesp e atual coordenador do Fórum das Seis).

23/4: No campus de Presidente Prudente, às 14 horas, com os mesmos debatedores de Assis.

27/4: No campus de Rio Preto, às 10h, com a presença de Osvaldo Coggiola (vicepresidente do Andes-SN) e Milton Vieira do Prado Júnior (presidente da Adunesp e atual coordenador do Fórum das Seis). Às 17h, no campus de Ilha Solteira, com os mesmos debatedores.

28/4: No campus de Bauru e Marília (horários a confirmar), com o professor Antônio de Pádua Bosi (1º vicepresidente da Regional Sul do Andes).

MOVIMENTO DOCENTE

Reformas do governo Lula ocuparam o centro dos debates no congresso do Andes

A Adunesp enviou seis representantes ao 23º Congresso do Andes, em Salvador, de 4 a 10 de marco. Os companheiros Milton Vieira do Prado Júnior (Bauru), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, Maria Valéria Barbosa e Vandeí Pinto da Silva (Marília), Wilson Manzoli Júnior (Ilha Solteira) e Carlos Alberto Anaruma (Rio Claro) participaram ativamente do Congresso, que discutiu em profundidade a conjuntura nacional e a necessidade de luta contra as reformas universitária e sindical/trabalhista.

Houve um consenso entre os delegados e observadores de que a

> reforma universitária (veia matérias nas páginas 7a 10) é uma ameaça direta à universidade pública no país, bem como uma via de aumento de lucros para as particulares. Outra reforma que mereceu destaque foi a sindical/trabalhista (confira mais detalhes nas páginas 13e 14), que ameaça fragilizar os sindicatos para facilitar a retirada de direitos históricos dos

trabalhadores. O sistema de cotas para negros nas universidades públicas gerou muita discussão no Congresso, particularmente devido à expressiva militância do movimento negro baiano. O assunto, longe de

se esgotar, deverá ser explorado em novas atividades promovidas pelo Andes e sindicatos docentes.

A relação do Andes com a CUT também foi um debate muito polêmico. Alguns grupos de delegados chegaram a propor o rompimento com a Central, tendo em vista as posições assumidas por sua direção majoritária, de defesa das reformas do governo Lula. Outros grupos defenderam a tese de que ainda é possível criar um pólo de resistência na CUT e mudar sua orientação política atual, resgatando seus princípios históricos. A conclusão da maioria, no entanto, foi a de que este assunto merece novas discussões.



Eleicões

O Andes passará por eleições em maio. No 23º Congresso, foram registradas três chapas. São elas:

"Educação e Revolução"

Presidente: Maria de Lourdes Sarmento -ADUEPB (Universidade Estadual da Paraíba)

Secretária Geral: Patrícia Cristina P. de Almeida - ADUnB (Universidade de Brasília).

Tesoureiro: Valdeci G. Silva ADUEPB (Universidade Estadual da Paraíba.

Uma nova Andes é possível - Plural e de luta

Presidente: Gil Vicente Reis de Figueiredo - ADUFSCar (Universidade Federal de São Carlos). Secretária Geral: Cássia Damiani -ADUFC (Universidade Federal do Ceará). Tesoureira: Denise Maria Maia - APUFPR (Universidade Federal do Paraná).

Andes - Autônoma e Democrática Presidente: Marina Barbosa Pinto

ADUFF (Universidade Federal Fluminense). Secretário Geral: Márcio Antônio de

Oliveira - APESJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). Tesoureiro: Antônio de Pádua Bosi -ADUNIOESTE (Universidade Estadual do

Carta de Salvador

Oeste do Paraná).

Ao final do Congresso, foi elaborada a "Carta de Salvador", que procura resumir os debates realizados. Por uma questão de espaço, publicaremos a seguir apenas alguns trechos, mas a íntegra pode ser conferida no site do Andes (www.andes.org.br).

(...) Os três pilares em que se

apoiou o movimento docente, nas últimas décadas, por um Brasil justo, solidário e independente - a construção do movimento sindical classista, a luta dos sem-terra pela reforma agrária, e da universidade e do ensino públicos - encontram-se hoje sob um ataque cerrado, ameaçados de extinção. O principal responsável por esse ataque é um governo que, eleito por uma ampla maioria popular, transformou-se, com rapidez extraordinária, de portador da esperança em agente do medo e da desesperança, pela subserviência crescente aos ditames do capital financeiro e seus organismos internacionais - o FMI. o Banco Mundial. e outros.

(...) A reforma sindical e trabalhista, com a regulamentação/anulação do direito de greve no setor público, a imposição legal-estatal do desmoralizado projeto do sindicato orgânico e a projetada legalização da precariedade e flexibilização do trabalho como figura dominante da relação laboral constituem, hoje a continuidade da lógica da política ensejada em 2003. O objetivo de tais medidas nada mais é do que pavimentar os caminhos que levam a adesão à ALCA proposta pelo imperialismo norte-americano.

(...) Com relação à educação superior, repete o mesmo cenário demagógico das políticas sociais "focalizadas", que eliminam até a noção do direito universal, base da democracia política. Com efeito, procura usar a histórica opressão de negros, índios e outros setores, fruto de cinco séculos de espoliação colonial e imperialista, para criar uma nova fonte de subsídios ao semifalido sistema universitário privado (um dos maiores do mundo), por meio de reserva de vagas pagas pelo Estado, ao mesmo tempo em que arrocha a universidade pública e submete à miséria salarial os seus professores e funcionários, assim como o restante do funcionalismo público, tudo sob a cobertura de uma suposta "reforma universitária" e de uma mais suposta ainda "universidade para todos".

(...) Temos todos, professores, estudantes, negros, mulheres, índios, jovens, sem-terra, sem-teto, trabalhadores do setor público e privado, do campo e da cidade, mais motivos do que nunca para lutar. O Andes-SN conclama todo o povo brasileiro para essa luta e garante que ocupará, com mais valentia

que nunca, seu lugar na trincheira popular."

10 ADUNESP in FORMA

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Depois de presentear os banqueiros, governo sabota aprovação da PEC Paralela

cão da reforma da Previdência pelo Congresso Nacional, no ano passado, a pedido do governo Lula, representa o maior confisco salarial e de direitos já imposto aos servidores públicos brasileiros. Depois de muita polêmica e de uma greve do



trabalhadores

funcionalismo federal, que atingiu mais da metade da categoria e desgastou profundamente o governo, foram aprovados pontos como: fim da paridade entre ati-

vos e inativos, fim da aposentadoria integral (teto de R\$ 2.400,00), contribuição sobre os inativos (11% sobre a parcela do benefício que seja maior do que R\$ 1.440.00), corte nas pensões (30% a menos no que exceder a R\$

Para se aposen-

tar, o servidor precisa reunir as seguintes condições: 1) 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo, se homem, ou 2) 55 anos de idade, 30 anos de contribuição,

20 anos de serviço

público, 10 na carreira e cinco no cargo, se mulher. Para os servidores que já estão no

serviço público (que tenham ingressado antes de 15/12/ 1998), a regra de transição é bastante limitada. Ela permite que o servidor - que vier a completar 53 anos de idade, se homem e 48, se mu lher - desde que tenha 35 anos de contribuição no primeiro caso e 30 no segundo, além de cinco no cargo, possa requerer aposentadoria, mas institui um redutor. Para quem atingir o requisito da idade entre a promulgação da emenda e 31 de dezembro de 2005, o redutor sobre cada ano antecipado em relação à nova idade (60 anos para homem e 55 para mulher) será de 3,5% por ano antecipado. Já quem completar a

idade da regra de

transição somente a

partir de janeiro de

2006, o redutor será

de 5% em relação a

cada ano antecipado.

PEC Paralela

Para conseguir aprovar a emenda constitucional da reforma rapidamente, o governo utilizou uma manobra. Enviou ao Congresso uma outra proposta de emenda, a chamada PEC Paralela, que teria o objetivo de "amenizar" alguns pontos da lei aprovada. Entre os pontos em discussão está o aumento do patamar salarial para desconto, no caso dos inativos (o que foi aprovado prevê 11% sobre o que ultrapassar R\$ 1.440,00; a proposta da PEC Paralela é subir esse mínimo para R\$ 2.800,00). Outro ponto é o estabelecimento de regras de transição mais suaves para os servidores que já estão no serviço público.

Mas, obviamente, o governo não tem nenhuma pressa em colocar a PEC Paralela em votação e pretende enrolar o máximo que puder.

A situação em São Paulo

Antes mesmo que o governo Lula conseguisse aprovar no Congresso Nacional a reforma da Previdência, o governador Geraldo Alckmin enviou projeto à Assembléia Legislativa de São Paulo e conseguiu instituir uma cobrança extra de 5% sobre os salários dos servidores (veja box). Outra "iniciativa" de Alckmin foi aprovar a taxação dos aposentados. Veja só:

Apenas servidores ativos contribuem (6% para o Ipesp, 5% a título de contribuição previdenciária e 2% para o Iamspe). Aposentados pagam 6% e pensionistas são isentos.

Aposentados, pensionistas, militares Ministério Público e Tribunal de Contas 1.200,00. Quem ganha menos do que isso

que aguarda a tramitação da PEC Paralela para, em seguida, aprovar no estado outras medidas, como o redutor para as pensões acima de R\$ 2.400,00.

Ação de Inconstitucionalidade

O Fórum das Seis encomendou um parecer do jurista Bandeira de Mello, que servirá de subsídio para uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). contra a reforma da Previdência. A ADIN será impetrada junto ao

REFORMA SINDICAL/TRABALHISTA

Ataque aos sindicatos e corte de direitos trabalhistas

A poeira da reforma da Previdência ainda está no ar, mas o governo Lula já se apressa para atender a um novo pedido dos amigos do Fundo Monetário Internacional: reformar os sindicatos e cortar direitos trabalhistas. A reforma sindical vem antes, pois é uma forma de tentar diminuir o poder de reação dos sindicatos diante dos ataques que virão com a traba-

Não há nada de novo na iniciativa de Lula. Para quem não se lembra, o governo FHC tentou fazer a reforma trabalhista, que tinha como principal proposta que o "negociado deve valer sobre o legislado", ou seja, tudo poderia ser negociado entre patrões e empregados, ainda que estivesse na lei: fim do 13º salário, corte nas férias e nas horas extras, redução salarial etc. FHC, desgastado diante da classe trabalhadora e sem consenso na classe dominante, patinou e não saiu do lugar. Lula, a bordo de seu decadente, mas ainda forte prestígio junto aos trabalhadores, acha que pode conseguir.

Antes de tentar reformar a legislação trabalhista, o governo quer "reformar" os sindicatos. Para isso, criou o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), com representantes das centrais sindicais (inclusive a CUT), dos patrões e do próprio governo. O FNT finalizou uma série de propostas de "consenso", todas prejudiciais à livre organização dos trabalhadores.

lhadores, uma verdadeira reforma sindical deveria

Regulamentação de direitos previstos na Consti-

tuição de 1988, que ainda não estão vigentes (ampli-

ação do aviso prévio proporcional ao tempo de servi-

ço; licença paternidade; adicional de remuneração

para atividades penosas; representação dos traba-

lhadores nas empresas; proteção contra a dispensa

arbitrária; proteção do empregado contra efeitos da

Punições severas para as empresas que desrespei-

Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial;

Garantia do direito de organização dos trabalhado-

Soberania das decisões tomadas pelos trabalhado-

res, reunidos em assembléias ou outros fóruns de

Garantia plena do direito de greve para os traba-

Manutenção em lei de todos os direitos;

ampliar seus direitos, tais como:

automação etc);

tarem direitos trabalhistas;

Estabilidade no emprego;

lhadores do setor público e privado;

res no local de trabalho;

base da categoria.

Uma delas é a exigência de que os sindicatos tenham, no mínimo, 22% de sindicalizados para poder funcionar. O mesmo valeria para as centrais sindicais. Se esta regra vigorasse em 1983, por exemplo, ano de criação da CUT, nem mesmo ela existiria hoje.

Outra proposta é a centralização de várias atribuições, inclusive a de negociar, na cúpula das centrais sindicais, esvaziando o poder de decisão das categorias organizadas nos sindicatos.

O mais danoso, sem dúvida, como foi dito acima, é a prevalência do negociado sobre o legislado, abrindo as portas para o fim de direitos históricos dos trabalhadores. Como disse o próprio Lula... "com exceção das férias, tudo pode ser negociado".

O documento elaborado pelo FNT ("Relatório da Comissão de Sistematização"), pode ser acessado na íntegra no site do Ministério do Trabalho.

Os principais pontos da reforma

Negociação e Contratação Coletiva

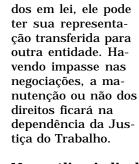
Negociar e fechar acordos em nome dos trabalhadores passaria a ser responsabilidade das centrais sindicais, e não mais dos sindicatos. Isso significa que as assembléias de trabalhadores perderiam sua função.

Negociado sobre o legislado

O texto do FNT diz que "a lei não poderá cercear o processo de negociação coletiva". Em outras palavras: ainda que um determinado direito esteja na lei, poderá ser negociado.

Obrigatoriedade da negociação

O documento do FNT estabelece também a "obrigatoriedade da negociação" e que "havendo recusa à negociação por parte das entidades representativas, pode ser conferida a outra representação sindical dos trabalhadores ou dos empregadores a titularidade da negociação". Ou seja, se um sindicato se negar a negociar direitos garanti-



Monopólio sindical As exigências para a formação de uma central são tão grandes que apenas duas

ou três teriam condi-

ções de existir se forem aprovados os critérios sugeridos pelo FNT: ter sindicatos reconhecidos em pelos menos 18 estados, nas cinco regiões; os sindicatos devem ter um mínimo de 22% de sindicalizados, entre outras. Vale o mesmo para o reconhecimento de federações e confederações. Para os sindicatos, as regras são igualmente drásticas.

Como no tempo da ditadura

Para ter exclusividade de representação, os sindicatos terão que se submeter às regras da Câmara Bipartite do Conselho Nacional de Relações do Trabalho (formada por patrões e empregados), ainda indefinidas. Ou seja, é a volta do controle do governo (via Ministério do Trabalho) sobre a vida dos sindicatos, a exemplo do que ocorria nas ditaduras militares.

Financiamento sindical

Embora pareca progressista a eliminação do Imposto Sindical (desconto obrigatório de um dia de trabalho por ano, que corresponde a 3,33% do salário), o que o FNT propõe é pior. A chamada Contribuição de Negociação Coletiva pode chegar a até 1% da renda líquida do trabalhador durante o ano todo (o que significaria cerca de 13% de um salário mensal). Parte deste desconto iria diretamente para as centrais sindicais.

<u>Direito de greve</u>

Diz o texto que "a responsabilidade pelos atos praticados, ilícitos ou crimes cometidos no curso da greve será apurada, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil ou penal". Ou seja, trata-se da criminalização das greves.

Como está a ação dos 5%

Desde setembro do ano passado, está em vigor no estado a Lei Complementar 943/03, aprovada na Assembléia Legislativa a pedido do governador Geraldo Alckmin. A lei instituiu a cobrança de 5% de todos os servidores paulistas, a pretexto de que seria uma contribuição previdenciária. Somandose os 5% aos 6% que já são descontados ao Ipesp e aos 2% do Iamspe, temos um rombo mensal de 13%.

A exemplo de outras entidades sindicais, a Adunesp entrou na justiça contra os 5%, alegando, entre outros, que se trata de um confisco salarial e que não existe um fundo previdenciário no estado. A ação teve liminar favorável, mas a Unesp impetrou um recurso de Agravo de Instrumento junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Com isso, o desconto continua a ser feito no salário dos professores, até que seja julgado o mérito da ação.

E pasmem, professores: o nosso reitor mais uma vez quebra a isonomia com a USP e Unicamp!! Como condição para liberar o dinheiro extracota da expansão da Unesp, o governo Alckmin suspendeu o envio dos recursos enquanto a Unesp não lhe repassasse os 5% da taxa previdenciária. Por conta disso, Trindade começou a repassar os 5% confiscados do nosso salário para o governo. A informação foi dada pelo próprio reitor e seu novo assessor na Aplo, Carrijo, em debate no campus de Marília. Esse fato poderá tornar mais difícil o retorno do confisco salarial de 5% aos professores. Também no campus de Marília, o reitor deu outra informação alarmante, dizendo que estava fazendo o repasse de 5% ao governo justamente porque o Ipesp passará a se responsabilizar pelo pagamento dos aposentados. Essa é uma velha intenção de alguns dirigentes, que querem tirar os aposentados da folha de pagamento das universidades. Cabe perguntar: como ficam as garantias destes aposentados, por exemplo, em relação à paridade com os ativos? Até o momento, a USP e a Unicamp não repassaram os 5% ao governo.

<u>Última hora</u> **Docente ganha liminar** contra teto em pensão

No momento de fechamento desta edição, em 8/4, chegou a informação da Assessoria Jurídica da Adunesp de que foi obtida, em favor de uma docente da Unesp de Presidente Prudente (também na qualidade de pensionista), liminar em Mandado de Segurança (proc. nr. 053.04.008607-3 - 5ª Vara da Fazenda Pública de SP), suspendendo a aplicação do teto/limite de proventos de pensão em virtude da Emenda Constitucional nº 41/03. Garantiu-se, a princípio, a integralidade da pensão

A reforma que queremos Como fica a partir de abril Em vez de dificultar a organização dos traba-

reformados e membros da Magistratura, do Estado passam a contribuir com 11% sobre o que ultrapassar o teto de R\$ não pagará nada.

O governador Alckmin já informou

Supremo Tribunal Federal.

12 ADUNESP in FORMA -

REFORMA SINDICAL/TRABALHISTA

Dois pontos de vista

Qual é a sua avaliação sobre a participação da **CUT no Fórum Nacional do Trabalho?**

"Um poderoso avanço na organização sindical dos trabalhadores"

Artur Henrique da Silva Santos*



"A Central Única dos Trabalhadores, representando cerca de 3.300 sindicatos em todo o Brasil e aproximadamente 22,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras na base, em seu 8º Congresso deliberou pela participação no Fórum Nacional do Trabalho, um espaço de debate sobre a necessidade de uma reforma na estrutura sindical vigente no país desde a ditadura Vargas. No FNT, a CUT obteve significativos avanços ao in-

cluir nas propostas consensuais muito do que é proposto em seu "Sistema Democrático de Relações do Trabalho", tais como: o reconhecimento das centrais sindicais representativas e de suas estruturas de organização, a partir dos sindicatos de base por ramo, onde teremos nossas Confederações Nacionais por setor de atividade econômica, Federações Nacionais, Regionais e Estaduais por ramo de atividade, reconhecidas legalmente. Isso vai possibilitar que, a partir dos sindicatos de base, possamos desenvolver Campanhas Salariais Nacionais, com o objetivo de negociar acordos coletivos nacionais, estaduais ou regio-

Haverá liberdade sindical para qualquer novo sindicato que venha a ser fundado após a aprovação da nova lei, podendo existir mais de um sindicato na base de representação, cumpridas as exigências de representatividade.

Para os sindicatos que obtiverem registro até a data da promulgação da nova Lei, será dado um prazo de 12 meses para a realização de uma assembléia dos trabalhadores, que decidirá sobre a exclusividade ou não da representação naquela base. Ou seja, se os trabalhadores decidirem que **não** deve haver exclusividade, pode existir outro sindicato naquela base. Se a decisão for pela exclusividade, o sindicato ficará obrigado a alterar os seus estatutos, incluindo regras estatutárias como mandato, prazos eleitorais, comissão eleitoral paritária etc., que serão detalhadas em lei específica. Em qualquer dos casos, será necessário comprovar a representatividade, cujo critério é de 20% de sindicalizados após o prazo de transição, que será de 3 anos.

É importante salientar que essas propostas constituem de fato um poderoso avanço na organização sindical dos trabalhadores e na nossa incessante luta pela implantação da convenção 87 da OIT."

* Artur Henrique da Silva Santos é membro da direção nacional da CUT.

"A velha concepção da colaboração de classes"

José Maria de Almeida *

"Vejo como muito ruim a participação da CUT no FNT, não só pelo conteúdo do que foi consensuado. O primeiro erro é participar. O FNT foi constituído pelo governo, com representantes do próprio governo, dos empresários e dos trabalhadores, com o objetivo de buscar construir uma proposta comum de reforma sindical e trabalhista. Aceitar a participação neste espaço significa aceitar a premissa de que é possível "consensuar" uma proposta



de reforma trabalhista com os empresários e com o governo e que seja boa para os trabalhadores. Significa aceitar a velha concepção de ação sindical baseada na "colaboração" entre as classes. E todos nós sabemos quem acaba ganhando com isso. Mas não é só uma atitude conciliadora em relação aos empresários. O presidente da CUT, em um seminário da direção nacional da Central para discutir esse tema, abriu o evento afirmando que "o governo era o principal aliado da CUT nas discussões dentro do Fórum Nacional do Trabalho". Ou seja, não se aprendeu nada com o episódio da reforma da Previdência.

Estão certos os que criticam a CUT por estar ferindo princípios históricos por ela defendidos. A primeira transgressão dos princípios cutistas se dá com o abandono da bandeira da liberdade e autonomia sindical. As mudanças não acabam com o monopólio de representação previsto no instituto legal da "unicidade sindical", apenas transferem o monopólio para as mãos da cúpula das centrais. Elas poderão constituir os seus sindicatos da forma que bem entenderem, sem nenhum obstáculo. No entanto se um grupo de trabalhadores na base quiser construir um sindicato, precisará sindicalizar 22% da base. Se essa exigência fosse feita no momento da fundação dos atuais sindicatos do setor privado, provavelmente nenhum deles teria obtido a representação. Mesmo os atuais sindicatos terão que atender esse critério.

Ou seja, longe da defesa da liberdade de organização, se estabelecem regras que, por um lado dificultam ainda mais para os trabalhadores na base, e, por outro lado, dão liberdade total para a cúpula sindical fazer o que bem entender

*José Maria de Almeida é membro da direção nacional da CUT, ex-candidato à presidência da República pelo PSTU.

LUTA CONTRA AS REFORMAS

Encontro Nacional Sindicato reuniu quase dois mil em Luziânia

São Paulo fará seu encontro estadual no dia 24 de abril. 16 de junho é dia de manifestação em Brasília

Nos dias 13 e 14 de março, mais de 1.800 pessoas, ligadas a 280 sindicatos e federações de todo o Brasil, lotaram o auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), no município de Luziânia (GO), para participar do Encontro Sindical Nacional. O grande objetivo do encontro, plenamente alcançado, era o de constituir um pólo alternativo de organização das lutas, à margem da direção majoritária da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que está apoiando as reformas do governo Lula, contra os interesses dos trabalhadores.

Representando entidades do funcionalismo e da iniciativa privada, os sindicatos discutiram os eixos da luta contra as reformas e aprovaram um calendário de mobilização nos estados (veja abaixo). No caso dos sindicatos ligados à CUT, houve um consenso sobre a necessidade de continuar defendendo propostas combativas no interior da Central, na tentativa de levar o debate às suas bases. O tamanho do encontro surpreendeu seus organizadores, que esperavam cerca de 700 pessoas.

Uma das atividades centrais do próximo período são as comemorações do

1º de Maio. Depois de mais de 20 anos participando de atividades coordenadas pela CUT, neste ano uma parte expressiva do movimento sindical e popular organizará atos independentes, como é o caso de São Paulo (veja abaixo), questionando diretamente as reformas do governo Lula e o confisco de direitos. O calendário de lutas aprovado para este primeiro semestre deve culminar com um grande ato na Esplanada dos Ministérios, no dia 16 de junho. A expectativa é que compareçam cerca de 50 mil pessoas.

Para garantir a organização e a implementação das atividades aprovadas em Luziânia, entidades presentes ao Encontro constituíram uma Coordenação Nacional de Lutas, aberta a todos os que quiserem participar.

A Adunesp participou do Encontro Sindical Nacional com dois representantes: Osvaldo Gradela Júnior e Gilberto Magalhães Bento Gonçalves, ambos de

O calendário de lutas aprovado

Março e abril: Reprodução, nos estados,

de encontros sindicais nos mesmos moldes do Encontro Nacional. Realização de seminários, plenárias e debates sobre a Reforma sindical/trabalhista. Em São Paulo, o encontro acontece no dia 24 de

Maio: Realização de manifestações no 1º de Maio (veja matéria na página seguinte) que tenham como bandeiras, além das reivindicações tradicionais, a luta contra a reforma sindical/trabalhista. Na segunda quinzena, iniciar o processo de manifestações nos estados, buscando ampliar a participação dos sindicatos de base.

Junho: Grande manifestação em Brasília, no dia 16, contra a reforma sindical/ trabalhista, em defesa dos direitos dos trabalhadores:

No transcorrer desse calendário, destaque para as atividades da campanha contra a Alca, a dívida externa e o FMI. Apoio às campanhas salariais e às lutas em curso das diversas categorias e movimentos sociais.

Servidores federais criticam proposta de reajuste feita pelo governo

Os servidores federais estão descontentes com a proposta de reajuste feita pelo governo Lula. Em campanha salarial, eles reivindicam 127%, para repor as perdas desde 1996. A proposta do governo, feita em negociação no dia 30 de março, é um reajuste diferenciado. O orçamento disponível para os reajustes (R\$ 1,5 bilhão) seria distribuído a 906 mil servidores, com índices variando entre 10,79% a 29,38%. Cerca de 200 mil funcionários do Executivo, enquadrados nas faixas salariais mais altas, ficaram

Um dos pontos que mais descontentou os servidores foram as diferenças de reajuste entre servidores na ativa e aposentados. Em relação à paridade, apenas os servidores das IFES registraram os mesmos índices de reajustes, que variaram de 12% a 26%. Nas demais categorias, o reajuste diferenciado para os aposentados é, em média, de 7,5%, índice inferior até mesmo à inflação do ano passado, calculada em 9,56%.

Com a proposta, o salário de um professor de nível superior, que de acordo com a tabela ganha até R\$ 4.115, irá para R\$ 4.564. "A proposta continua tratando diferentemente os servidores ativos, aposentados e pensionistas; volta a tratar,

de forma também diferenciada, os professores de 2º grau e de 3º grau das IFES e propõe reajuste de salário novamente sob a forma de gratificação produtivista", criticou o vice-presidente do Andes, José Domingues de Godói Filho (Informandes – $1^{\circ}/4/04$).

Indicativo de greve para abril

Se não houver um acordo favorável, os servidores federais podem parar ainda em abril. A decisão será tomada no dia 18 de abril, quando acontece nova plenária nacional da categoria.

14 ADUNESP in FORMA

- ADUNESP in ORMA

Jonjuntura

O CAMINHO DA LUTA

Todo apoio à greve nas Ete's e Fatec's do Centro Paula Souza

Trabalhadores querem que o governo volte a cumprir a política salarial do Cruesp e exigem 72,22% de reajuste

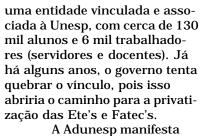
Os servidores e docentes do Centro Paula Souza (Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia) estão em greve desde o dia 16 de fevereiro. Embora a direção do Centro Paula Souza e o governo estadual insistam em negar os fatos, a greve espalhou-se por todo o estado, com 48 Ete's e 5 Fatec's paradas, o que representa cerca de

70% da categoria, distribuídos em quase 100 cidades da Grande SP e do interior.

Os trabalhadores do Centro estão reivindicando 72,22% de reajuste salarial. referentes ao período de 1996 a 2003. Até 96, eles vinham recebendo os mesmos percentuais pagos nas universidades estaduais paulistas. Daquele ano em diante, no entanto, o governo estadual passou a desrespeitar a lei e deixou de repassar a eles os reajustes concedidos pelo Cruesp.

O Centro Paula Souza é

A Adunesp manifesta seu integral apoio à greve dos companheiros, que sinaliza o caminho da luta para nossa





tou seu apoio ao movimento no Centro Paula Souza durante ato de lançamento da greve, no dia 16 de fevereiro (fotos acima). Na foto à direita, manifestação durante audiência pública realizada na Assembléia Legislativa, na qual esteve presente o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, João Carlos de Souza Meirelles. A audiência aconteceu a pedido da Comissão de Educação da Assembléia.

Entidades convocam 1º de Maio de luta

Ato será na Praça da Sé, paralelo ao chamado pela direção da CUT

Várias entidades, entre elas a Adunesp e os demais sindicatos que compõem o Fórum das Seis, estão convocando um ato em São Paulo, na Praça da Sé, para comemorar o 1º de Maio, Dia do Trabalhador. A carta convocatória explica que vivemos a maior crise social dos últimos anos, com aumento da miséria e da criminalidade, sucateamento da saúde e da educação etc. "Nenhum desses problemas pode ser atacado sem atacar o desemprego, gerado por uma política que privilegia os lucros e os juros pagos às grandes multinacionais e ao FMI", diz um dos trechos, lembrando que essa tem sido a política do governo Lula, a exemplo do que fazia seu antecessor.

"A economia estagnou, a renda do trabalhador despencou 12,5% em 2003, segundo o IBGE, e o desemprego bateu novo recorde, atingindo a casa dos 20% nas regiões metropolitanas, de acordo com o Dieese, junto à crescente precarização do trabalho", prossegue o documento. Apontando para onde está sendo sangrada a riqueza nacional, o texto diz que "em 2003, cerca de R\$ 70 bilhões foram economizados na forma de superávit fiscal primário para honrar os serviços da dívida".

"Não bastasse isso - destaca outro trecho agora o governo, junto com as centrais sindicais e as entidades dos empresários, apresenta uma proposta de reforma sindical que não atende às nossas reivindicações históricas. Pior, centraliza na mão das cúpulas das centrais sindicais o poder de representacão e negociação, em detrimento da organização e soberania da base. Junto com isso, a declaração de Lula de que todos os direitos trabalhistas são negociáveis, com exceção das férias, demonstra claramente que, sem luta, nossas conquistas históricas serão entregues para aumentar a lucratividade do capital."

O documento assinado pelas entidades repudia a realização de festas despolitizadas (com shows, sorteios de carros e com o patrocínio da Rede Globo, como o que está sendo chamado em São Paulo pela direção da CUT) e convoca atos de luta em todo o país. "Não se deixe enganar com festas, sorteios, bingos e shows. A hora é de exigir o fim do desemprego", finaliza. As reivindicações são:

- Redução da jornada sem redução dos salários;
- Reforma agrária e reforma urbana, com a construção imediata de moradias populares;
- Retirada imediata das negociações da ALCA e realização de um plebiscito oficial;
- Pela autodeterminação de todos os povos do mundo. Fora as tropas invasoras do Iraque, nenhum soldado brasileiro no Haiti.



rum das Seis, que está sob sua coordenação atu-

almente, o presidente da

Adunesp, Milton Vieira

do Prado Júnior, manifes-